

O Desafio da tradução bíblica para o Português hoje¹

VILSON SCHOLZ

Universidade Luterana do Brasil

Sociedade Bíblica do Brasil

E a propósito de línguas tenho cá as minhas teorias. Se quisermos escrever uma carta de amor, o italiano é a língua indicada: doce como sacarina, flexível e cariciosa. O francês também serve e é pela sua precisão, ductilidade e riqueza a língua mais indicada para o ensaio literário. E se quisermos escrever a um cavalheiro uma carta concisa, enérgica mas ao mesmo tempo cortês, reclamando o pagamento duma dívida? Para isso o ideal é a língua inglesa. Agora, se pretendemos contar uma mentira – pescaria ou caçada fantástica – a língua mais indicada é o espanhol. Mas se desejarmos falar duas ou dez horas, e escrever duzentas ou mil páginas sem dizer nada, nada ... – bom, nesse caso não há língua melhor que a portuguesa ...

ERICO VERISSIMO

“À Sombra do Talmud”, em *A Volta do Gato Preto*, p. 352).

I.

A presença da língua portuguesa no mundo de hoje

Última flor do Lácio, inculta e bela. É assim que o poeta brasileiro Olavo Bilac caracteriza a língua portuguesa, a mais recente das línguas neolatinas ou romances, que tem as suas origens escritas no início do século XIII.²

A primeira gramática do português é de 1536: Fernão de Oliveira

¹ Este texto é, originalmente, uma conferência apresentada num Fórum de Ciências Bíblicas, em São Paulo. Resultou das seguintes perguntas: “Existe algo a ser feito, ainda, em língua portuguesa, no Brasil, em termos de tradução da Bíblia? Ou será que tudo o que resta a fazer é dedicar-se às tão necessárias traduções às línguas indígenas?”

² Este amplo espaço de tempo ajuda a explicar como do latim se passou ao português, via latim vulgar. Claro, caso tivéssemos registro do latim falado, o que não é o caso, poderíamos, talvez, verificar que as mudanças não foram tão acentuadas como, a princípio, parecem ter sido. O registro que se tem do grego, e ainda mais do latim, é quase exclusivamente da língua escrita. E as diferenças entre a fala e a escrita, pelo menos em Roma, eram muito mais profundas do que as que se observa, por exemplo, no Brasil de hoje. Perini (2004), p. 160.

escreveu *Gramática da linguagem portuguesa*. Àquele tempo, o português ocupava, no mundo, uma posição bem diferente daquela que ocupa hoje em dia.³ Era a língua de um país em expansão, uma das grandes potências marítimas e coloniais da época. Em 1580, o português era uma língua mundial – a primeira língua da história a ter núcleos de fala em todos os continentes. Era falada em Portugal e na costa do Brasil; em diversas feitorias na costa da África (em regiões que hoje fazem parte de Guiné, Angola, Cabo Verde, Moçambique, por exemplo); em algumas colônias portuguesas na Ásia: Goa, Bombaim, e Macau. Além disso, era a língua de maior difusão em todo o imenso trajeto que vai da Europa, contornando a África, passando pela Índia e a Malásia, até a China e o Japão. Isto explica, segundo consta, por que, em japonês, o pão se chama *pan*. E *arigatô*, o termo usado para agradecer, é, supostamente, derivado do português, “obrigado”. Por outro lado, “banana” é uma palavra que os portugueses aprenderam na África e espalharam pelo mundo todo.⁴ Há mesmo evidência de que o português era a língua europeia mais falada pelas classes populares na Colônia do Cabo (atual África do Sul), a ponto de as autoridades holandesas julgarem necessário proibir seu uso pelas amas-de-leite...⁵

O português é, hoje, a oitava língua no mundo. É falado em Portugal, no Brasil, sendo também língua oficial nos países de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor Leste.

A maioria dos falantes de português reside no Brasil. São mais de 170 milhões de pessoas (censo de 2000), o que perfaz 3% da população mundial. O Brasil é um dos poucos países de grande extensão territorial e vasta população que é monolíngue (o que não significa, como se verá adiante, que exista homogeneidade linguística). Somente pequenos contingentes dessa população – comunidades indígenas e descendentes de imigrantes europeus e asiáticos – não têm o português como língua materna e exibem variados graus de bilinguismo.⁶

³ Hoje, uma língua que pode ser ignorada pela maioria dos habitantes do planeta, e que não leva ninguém muito longe, tão logo cruzou a fronteira.

⁴ Bagno (2001b), p. 79.

⁵ Perini (2004), p. 105.

⁶ Somando as línguas indígenas e as línguas levadas ao Brasil pelos imigrantes europeus e asiáticos a partir do século 19, são 200 línguas maternas no Brasil. Todos esses falantes reunidos não chegam a representar um por cento da população. Segundo Aryon D. Rodrigues (citado em Bagno, Norma Oculta, p. 74), “a segunda língua mais falada no Brasil é o japonês, com cerca de 400.000 falantes”.

II.

Diferenças entre a língua em Portugal e no Brasil

Gramáticos sempre aceitaram como inevitáveis as diferenças fonológicas e lexicais entre o português de Portugal e o português do Brasil. No entanto, quando se chega a questões morfossintáticas, nem todos estão dispostos a admitir que, de fato, existam diferenças.

Quanto ao léxico, o que em Portugal é *comboio* é *trem* no Brasil. O que é *pequeno almoço* em Portugal é *café (da manhã)* no Brasil. Não é de hoje que se percebem diferenças desse tipo. Já no século XVIII, D. Jerônimo Contador de Argote caracterizava o léxico do português brasileiro como possuidor de “*muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo*”. Isso foi em 1725.

Entretanto, o que mais salta aos olhos, ou, então, fere os ouvidos, é a diferença fonológica. Também dela se tem registro já no século XVIII. Alguém (Jerónimo Soares Barbosa) informa, em sua gramática, que os brasileiros dizem “*minino*” (para *menino*) e “*mi deu*” (para *me deu*). Em Portugal, os falantes parecem enfatizar mais as consoantes, ao passo que no Brasil a língua é conservadoramente vocálica.⁷ Em Portugal, há uma tendência muito forte para a redução das vogais pré-tônicas ou não-acentuadas, enquanto no Brasil elas são articuladas claramente.

A separação estrutural entre o português europeu e o português brasileiro é um fenômeno lento e de águas profundas, como diz Ivo Castro, historiador da língua portuguesa da Universidade de Lisboa.⁸ Além disso, não é só o português do Brasil que vai mudando e se afastando do português de Portugal; a recíproca também é verdadeira.

Dentro da tendência de enfatizar as vogais e “engolir” as consoantes, o português brasileiro enfraquece as consoantes em posição final da palavra, posição em que o português europeu apresenta articulação forte.⁹ No Brasil, vocaliza-se o <-l> final em /u/. “Brasil” é, na pronúncia, *brasiu*. No caso de “mal” e “mau”, fica difícil distingui-los, na pronúncia, embora, no Sul do Brasil, se pronuncie esse “l” declaradamente: *legal, leal*.

Quanto a diferenças morfossintáticas, algumas ainda estão restritas à língua falada, enquanto outras já começam a aparecer também na escrita. Talvez uma das diferenças mais evidentes entre o português eu-

⁷ Bortoni-Ricardo (2005), p. 32.

⁸ Citado por Mattos e Silva (2004), p. 121.

⁹ Mattos e Silva (2004), p. 142.

ropeu e o brasileiro é a variação “estar a + infinitivo” (estar a pensar), que ocorre em Portugal, e “estar + gerúndio” (estar pensando), que é comum no Brasil.¹⁰

No Brasil, existe um uso generalizado da terceira pessoa verbal, com a expansão do uso de “você” e do “a gente” como pronomes pessoais. Isto traz consigo a redução do uso do “tu” e do “vós”.¹¹ Esse aumento do uso de “você” contribui para a ambiguidade de “seu”, que pode ser “de você”, “dele”, “dela”, “deles”, “delas”. Hoje, no português falado do Brasil, “seu” significa apenas “de você”, exceto em construções mais ou menos fixas, como, por exemplo, “Fulano e sua cara de pau”. Nos outros casos, usa-se as formas analíticas “dele”, “dela”, “deles”, “delas”, “do senhor”, e inclusive “de vocês”, porque “seu” vale apenas para o singular.¹²

O português falado no Brasil está alterando, também, a forma de expressar o objeto de verbos, especialmente no caso de pronomes. Os ditos pronomes complementos clíticos, em especial os de terceira pessoa (“o”, “a”, “os”, “as”), estão sendo eliminados. Uma tendência é o objeto nulo, isto é, o apagamento do objeto direto pronominal clítico. Exemplo: “Viu a Maria? – Não vi.” Um exemplo bíblico é Mateus 27.11. O texto de Almeida diz: “Tu o dizes”, e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH)¹³ traz: “Quem está dizendo *isso* é o senhor”. A tendência, hoje, seria dizer: “O senhor está dizendo”. Em Marcos 15.13, o texto de Almeida, que segue de perto a forma do original grego, diz: “crucifica-o”. Em contrapartida, a NTLH segue a tendência da linguagem falada, no Brasil: “crucifica”.¹⁴

Outra característica do português brasileiro é o uso do assim chamado “ele acusativo”, ou seja, o uso do pronome reto em lugar do oblíquo. Por exemplo, em entrevista num jornal, a pergunta foi expressa assim: “E conheceu ele em algum evento que realizou”? Ao que a entrevistada respondeu: “Conheci ele numa festa, mas apenas conver-

¹⁰ Estar + a + infinitivo já ocorre no século XVI, em Gil Vicente e Camões, sendo que se tornou mais frequente no século XVIII. Mattos e Silva (2004), p. 137.

¹¹ Este “você”, que evoluiu a partir de “vossa mercê”, acabou perdendo o traço de reverência e substituiu o pronome “tu” na maioria das variedades do português brasileiro. Uma nova forma de tratamento reverente generalizou-se: “o senhor”, “a senhora”. Formas da segunda pessoa do plural (“vós”) só aparecem em traduções bíblicas de equivalência formal e na liturgia da missa católica. Em algumas regiões brasileiras, nomeadamente o Sul, usa-se o “tu”, na fala, com o verbo na terceira pessoa: “tu vai”.

¹² Perini (2004), p. 62.

¹³ Tradução brasileira que corresponde à tradução em Português Corrente.

¹⁴ Até porque é muito mais natural, em português, uma multidão gritar “crucifica!” do que “crucifica-o!”

samos. Depois, encontrei ele na praia”. Esse uso do nominativo pelo acusativo é praticamente desconhecido em Portugal. No Brasil, uma pesquisa indica que estudantes chegam a recuperar esses acusativos de terceira pessoa. Na escrita, o índice chega a 85%. Na fala, a recuperação é mínima, na ordem de 10%.¹⁵

Em todas as variedades do português brasileiro, os pronomes retos substituíram os pronomes oblíquos em construções como “deixa *eu* ver”, “mande *ele* entrar”, “ouvi *ela* chorando”, em que a norma-padrão prescreve “deixa-me ver”, “mande-o entrar”, “ouvi-a chorando”. Essa inovação morfossintática já entrou até na língua escrita, em textos mais monitorados, de tal sorte que raramente alguém percebe aí alguma anomalia. Marcos Bagno, por exemplo, cita o romancista Jorge Amado (“Achava ela bonita”), o poeta Manuel Bandeira (“Levava ele pra sala”), e a escritora Clarice Lispector (“Esse relance me deu ela de corpo inteiro”).¹⁶ Em casos semelhantes, a NTLH traz “deixa-me” e “deixe-me”. Ao que tudo indica, um “deixa eu” ou um “mande ele” seria demasiadamente coloquial.

Nessa mesma linha vem o uso do caso oblíquo (dativo) onde se espera o reto (nominativo), na popular locução “pra mim + infinitivo”. Um exemplo é “Pra mim fazer”. Não é tão difícil de explicar esse fenômeno: uma vez que a locução “pra mim” é muito comum (em “dar pra mim”, por exemplo), “para eu” soa errado. Por mais que seja combatido pelos puristas, isso é falado no Brasil faz tempo. O Visconde de Taunay, no romance *Inocência*, tem um personagem dizendo: “vamos aproveitar a parada da febre para mim atalhá-la de pronto”.¹⁷

No Brasil, há ainda aceitação generalizada dos clíticos na primeira posição da sentença: “Me passa esse livro”. A exceção são os acusativos “o”, “a”, “os”, “as”.¹⁸ Uma comparação entre a Tradução em Português Corrente e a NTLH ilustra isso. Em Juízes 16.6, na NTLH se lê “me conte”; na Tradução em Português Corrente, “diz-me”. Em Gênesis 15.1, onde a Tradução em Português Corrente traz “disse-lhe”, a NTLH optou por “lhe disse”. “Disse-lhes” aparece uma única vez, na NTLH, em Êxodo 36.2. Por outro lado, “lhes disse” aparece 66 vezes. As formulações “falou-lhe” e “falou-lhes” não aparecem na NTLH.

¹⁵ Pesquisa de Vilma Correa, citada em Mattos e Silva (2004), p. 164.

¹⁶ Bagno (2005), p. 134, 165.

¹⁷ Britto (2002), p. 150. Esse romance é de 1872. Taunay foi um dos primeiros prosadores brasileiros a fazer uso de linguagem coloquial regional em suas obras.

¹⁸ Mattos e Silva (2004), p. 145. “A vi ontem” é uma formulação improvável, já que “vi ela ontem” surge de forma bem mais natural.

Registra-se, também, uma mudança nas estratégias de relativização, isto é, no uso do pronome relativo. O relativo “cujo” não aparece mais no português brasileiro falado, ficando seu uso restrito à linguagem escrita mais formal. É substituído por construções sintáticas analíticas. Os brasileiros de todas as regiões, classes sociais e níveis de escolaridade dizem tranquilamente “A moça que o pai dela é médico” ou “A moça que o pai é médico”.¹⁹ Na NTLH, “cujo” e “cujos” aparecem em torno de dez vezes, duas delas, surpreendentemente, no Apocalipse (15.2; 16.10). “Cuja” e “cujas” aparecem mais de 20 vezes, normalmente na locução “cuja mãe era”.

Outro fenômeno do português brasileiro é a proliferação de verbos leves. Verbos leves são verbos semanticamente vazios, que, em geral, se associam a um elemento nominal, responsável pelo significado principal da sentença.²⁰ Esse tipo de construção é muito comum com alguns verbos do português brasileiro, como “dar”, “levar”, “tomar”, “fazer”, e “pôr”. Exemplos: Marta deu uma olhada no pão (= Marta olhou o pão). Ana fez compras no shopping (= Ana comprou no shopping). Algo disto já pode ser visto na NTLH. No Salmo 148.5, por exemplo, se lê “deu uma ordem”, quando poderia ser também “ordenou”.

Outra forma que raramente se encontra hoje é o mais-que-perfeito simples, do tipo *fizera*, que é regularmente substituído por *tinha feito*.²¹ Neste ponto, NTLH está bem atualizada, pois, um exame, ainda que superficial, revela que não existem mais essas formas no texto da tradução.

Outra característica do português brasileiro, que não aparece nas Gramáticas, é o uso de demonstrativos seguidos de advérbios de lugar, como “este aqui”, “esse aqui”, “esse aí”, “aquele ali”.²² “Este aqui” já aparece na NTLH em Gênesis 48.18; Lucas 14.9; João 21.21, em lugares onde o texto de Almeida tem a forma simples: “este”.

No Brasil, também se usa o verbo “ter” como sinônimo e substituto de “haver”, o que é considerado incorreção na língua culta. Exemplos disto são as frases “Não tem problema” e “Tem uma nova loja de artigos para crianças”. Esse uso é corrente na língua falada, e já começa a se insinuar na escrita.²³

¹⁹ Bagno (2005), p. 144.

²⁰ Em termos técnicos se diria que “o verbo principal é semanticamente vago e o complemento nominal tem como núcleo um nome de ação, em geral derivado de verbo”.

²¹ Perini (2004), p. 20.

²² Carvalho (2002), p. 272.

²³ Perini (2004), p. 20.

Outra raridade, que sobrevive apenas na escrita mais formal, é o futuro simples do indicativo, como, “eu cantarei”. O normal é o futuro perifrástico: “vou cantar”, “vou viajar”, quando não se usa simplesmente o presente: “viajo amanhã”. Um exame da NTLH revela que “vou voltar” aparece só 6 vezes, enquanto “voltarei” ocorre 14 vezes. “Cantarei”, por sua vez, aparece 27 vezes na NTLH; “vou cantar”, 3 vezes. Como se percebe, neste particular a NTLH é, ainda, bastante formal.

Outra característica do português de hoje, no Brasil, é não fazer distinção entre “aonde” e “onde”, por mais que os gramáticos insistam nessa distinção. Almeida, no século XVII, parece não conhecê-la, pois escreve, em Mateus 2, “aonde está o nascido rei dos judeus”. Também o escritor brasileiro Machado de Assis usa indistintamente “onde” e “aonde”. Neste caso, porém, a NTLH faz rigorosa aplicação da regra, ou seja, jamais usa um “aonde” onde só cabe um “onde”.

Outra “regra” do português falado no Brasil é manter o verbo no singular quando o mesmo antecede o sujeito plural. Mesmo os brasileiros classificados de cultos dizem, com naturalidade, “caiu umas folhas aí no chão”. A explicação é a seguinte: “no português brasileiro, tudo o que se colocar *depois do verbo* é intuitivamente analisado pelo falante como objeto e, desse modo, mantido fora da esfera da concordância verbal”.²⁴ No entanto, essa formulação é bem rara na língua escrita.

Além dessas diferenças entre o português brasileiro e o português europeu, existem ainda as variantes linguísticas no próprio Brasil. Não se tem registro de todas essas variantes, pois a sociolinguística é disciplina recente no Brasil e os pesquisadores são poucos. Entretanto, voltaremos a essa questão mais adiante.

De momento, cabe perguntar: Que língua é essa? É língua portuguesa, língua brasileira, português brasileiro, ou o quê? Uma forma de evitar o uso de “brasileiro” ou “português” é falar em “língua nacional”. Era assim que se falava em meados do século XX, mas, desde o final do século passado, com o reconhecimento das línguas indígenas, o português passou a ser a língua oficial do Brasil, e não mais a língua nacional. Entre as várias designações, encontram-se as seguintes: modalidade brasileira da língua portuguesa, variedade brasileira do português, português do Brasil, gramática brasileira, português brasileiro.²⁵ A sociolinguística brasileira passou a usar, a partir de 1970, a designação *português brasileiro*.

²⁴ Bagno (2005), p. 27.

²⁵ Ibid., p. 47.

III.

Uma tentativa de história do idioma português no Brasil

Muitos dos aspectos descritos anteriormente ainda precisam ser explicados do ponto de vista histórico. A grande pergunta é: Quando o português brasileiro e o português europeu começaram a se distanciar? Que fatores influenciaram esse processo?

Segundo o linguista brasileiro Fernando Tarallo,²⁶ o português brasileiro estava se tornando diferente na passagem do século XIX para o século XX. Isto justifica um pequeno passeio histórico, pois fatores sócio-históricos podem ajudar a entender algumas das características do português brasileiro.

Muitos, brasileiros inclusive, pensam que o português foi a primeira e única língua falada no Brasil, desde o começo, isto é, desde o início formal da colonização, em 1532, com a fundação da cidade ou aldeia de São Vicente. Isto é parcialmente verdadeiro.²⁷ Três línguas conviviam no Brasil Colonial, e a língua portuguesa não era a majoritária.²⁸ Essas línguas eram o latim, o português, e a língua geral de base tupi. O latim era a língua das escolas jesuíticas.²⁹ O português era a língua dos europeus, mas a língua materna das novas gerações era, de fato, uma língua geral de cunho indígena. Isto se explica pelo fato de a maioria dos colonizadores virem como homens “solteiros”. Por exemplo, São Vicente, fundada em 1532, só receberia o primeiro casal de imigrantes em 1537. A maioria dos que vinham eram homens, que passavam a viver com mulheres indígenas. Dessa situação resultou uma população mestiça cuja língua materna era o tupi falado pelas mães.

Isto não explica tudo. Havia também uma política por trás disso, que havia sido parcialmente antecipada pelo escrivão da frota do des-

²⁶ Mattos e Silva (2004), p. 28.

²⁷ Na verdade, não há muita informação a respeito dessa questão, pois “os historiadores, por via de regra, prestam pouquíssima atenção às maneiras de falar dos povos sobre os quais escrevem” (Victor Kiernan, citado por Mattos e Silva, p. 60). Também Antonio Houaiss constatou que “... a memória nacional, tão verberada em tantos e tantos aspectos, é mínima no que se refere a esse instrumento essencial de unificação (na diferenciação) que é a língua, no caso, a língua nacional” (Houaiss, p. 39).

²⁸ Pode-se falar de três fases da história do Brasil Colonial. A primeira fase se encerra em 1654, com a expulsão dos holandeses, o que consolida a colonização portuguesa. A terceira fase se inicia em 1808, com a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro. Mattos e Silva (2004), p. 56.

²⁹ Segundo Mattos e Silva, p. 39, em sete anos de estudos, só se aprendia português na primeira; a partir daí, latim.

cobrimento. Pero Vaz de Caminha, na sua célebre *Carta*, já explicava que seria mais fácil aos portugueses aprenderem a língua dos nativos do que o inverso. Essa foi a política adotada pelos jesuítas, que aqui chegaram em 1549. Não porque seguiram a sugestão de Caminha, mas porque esse era o princípio de catequese seguido pelos jesuítas em toda a parte: usar as línguas das terras em que chegavam. No Brasil, trataram de aprender e gramaticalizar a língua mais usada na costa do Brasil. Quem, entre outros, fez esse registro da língua foi o Padre Anchieta. Sua gramática (da *Língua mais falada na costa do Brasil*) foi impressa em Coimbra, em 1595, mas já estava em uso, na Bahia, desde 1560.

Nos dois primeiros séculos de colonização essa língua brasílica não era chamada de língua geral.³⁰ Em função disso, existe até a hipótese de que, na documentação colonial, a locução “língua geral” designe um português simplificado ou um “português mal falado”. A expressão “língua geral” passaria a ser usada mais tarde. Designa uma espécie de síntese das línguas indígenas faladas na região de colonização portuguesa no Brasil. Embora fossem várias, essas línguas provinham, em sua maioria, de um mesmo tronco, o tupi, o que possibilitou a condensação numa língua comum.³¹

Infelizmente, a documentação de que se dispõe da “língua geral paulista” é muito escassa. Não é mais falada; seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX.³² No Brasil, a marca linguística indígena ficou no léxico português. Trata-se dos tupinismos, ou empréstimos lexicais tupis.³³

Na segunda metade do século XVIII, o português se tornou hegemônico e oficial. Em outras palavras, o português brasileiro culto só começou a definir-se da segunda metade do século XVIII em diante, a

³⁰ Mattos e Silva (2004), p. 77.

³¹ Soares (2002), p. 157.

³² O documento principal até agora conhecido é um dicionário de verbos, não datado e de autor desconhecido, mas possivelmente de meados do século XVIII, cujo manuscrito foi publicado, em 1867, por von Martius em seus *Glossaria linguarum brasiliensium*. É preciso registrar que existe outra “língua geral”, no Brasil, a língua geral amazônica, que foi registrada em documentos, alguns bastante substanciais, nos séculos XVIII, XIX e XX, e que continua a ser falada ainda hoje. A partir da segunda metade do século XIX passou a ser chamada também de *nheengatu*.

³³ Sobrevivem no Brasil cerca de 180 línguas indígenas e cerca de 220.000 índios, concentrados, na sua maioria, na Amazônia brasileira e no Brasil norte-central. Perfazem 0,2% da população brasileira. Estima-se que, em 1500, o número de línguas chegava ao dobro. Outros, como Antonio Houaiss, conjecturam que havia cerca de 1.500 línguas indígenas. Segundo Aryon Rodrigues, eram, em 1500, 1.175 línguas, para cinco milhões de falantes, em mais de 1.500 povos. Mais de mil línguas, isto é, 85% das línguas foram dizimadas no período colonial. Mattos e Silva (2004), p. 37.

partir de uma decisão do Marquês de Pombal, o primeiro-ministro português. Em 1757, além de expulsar os jesuítas, Pombal definiu uma política linguística e cultural para o Brasil: o uso do português passou a ser obrigatório. Isso representou uma mudança de rumo na trajetória que, caso não fosse alterada, poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena.

A decisão de Pombal tinha o seguinte teor:

“um dos principais cuidados dos Diretores [será] estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os Meninos e Meninas ... [e índios] ... usem da língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa ...

Pombal justificou seu ato da seguinte maneira:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.

(...) nesta conquista (no Brasil) se praticou pelo contrário, que só cuidavam os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua, que chamamos geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservam.³⁴

Se o sabor tropical do português brasileiro não é devido à influência indígena, a que se deve então? Várias teorias já foram propostas.

Uma delas é a tese do conservadorismo ou do caráter arcaizante do português brasileiro. Essa tese foi defendida, na primeira metade do século XX, pelo renomado gramático Serafim da Silva Neto. Segunda essa tese, o português “clássico” ou, então, o português do primeiro século de colonização, teria sido preservado no Brasil, ao passo que, em Portugal, sofreu evolução. Essa tese também é invocada para explicar as diferenças fonológicas entre as duas formas do português.

Essa tese do conservadorismo atrai a muitos, pois dá certo prestígio ao português do Brasil. No léxico regional rural, especialmente nos

³⁴ Diretório de 3 de maio de 1757, citado em Soares (2002), p. 159-160.

estados da Bahia e do Sergipe, de fato aparecem itens lexicais antigos. Fato é que, por mais conservador que seja o português brasileiro aqui e ali, a língua também se modificou no Brasil, assim como, de fato, se modificou em Portugal também.

Outra hipótese é a do contato, ou seja, o grande número de traços que caracterizam o português do Brasil, e que foram adquiridos num período relativamente curto, se explica pelo contato do português com línguas indígenas e africanas. Mais as últimas do que as primeiras. Isto porque os índios foram assimilados, mortos, ou empurrados mata adentro, ao passo que os africanos passaram a fazer parte do cenário étnico e cultural brasileiro. A tese de Mattos e Silva é que a população de origem africana teve um papel predominante como difusora do que veio a ser chamado de português popular brasileiro. É uma tese bastante ousada, mas perfeitamente plausível: “a ‘voz’ africana e dos afro-descendentes ... reestruturou o português europeu”.³⁵

Isto levanta a questão da presença africana no Brasil. Quantos escravos foram trazidos para o Brasil entre 1540 e 1860, o período oficial do tráfico? Segundo alguns, três milhões e meio de pessoas; segundo outros, mais de seis milhões. Enquanto isso, “os futuros Estados Unidos da América importaram 800 mil, não mais”.³⁶

Já no final do século XVI, a presença africana se estendia por todas as capitanias e perfazia 42% da população. Entre os séculos XVII e XIX, os africanos e afro-descendentes atingiram 60% da população do Brasil.³⁷ Isto significa que, em (quase) toda a história brasileira, a maioria foi não-branca, ou seja, não portuguesa. A população branca passou a crescer na segunda metade do século XIX, com a política de imigração do Império, que tinha como objetivo, entre outros, “branquear” a população. O ponto alto da imigração aconteceu em 1890, com um milhão e duzentos mil imigrantes europeus e asiáticos.³⁸ Também esses só aprenderam o português na oralidade, sem o controle normativo da escola.

E quanto a línguas africanas? Emílio Bonvini e Margarida Petter afirmam que “falantes, à volta de 200/300 línguas africanas, chegaram com o tráfico ...”³⁹ De todas essas línguas africanas, o banto teve ao longo dos quatro séculos de tráfico uma taxa alta constante (35%, 65%, 64%, 50%), por século.⁴⁰ Entre essas línguas, destacam-se o kikongo,

³⁵ Mattos e Silva (2004), p. 69, 93.

³⁶ Houaiss (1983), p. 64.

³⁷ Mattos e Silva (2004), p. 128.

³⁸ Ibid.

³⁹ Citados em Mattos e Silva (2004), p. 96, 127.

⁴⁰ Mattos e Silva (2004), p. 38.

kimbundu e o umbundo, que são, hoje, línguas nacionais de maior destaque em Angola.

Por que as línguas africanas nunca se estabeleceram no Brasil? Basicamente por duas razões: 1) a desumanizante política do tráfico, que, desde a África, separava os co-étnicos e os co-língues, para impedir que se organizassem; e 2) o fato de não ter havido no Brasil a constituição plena de famílias de escravos. Assim, para se comunicarem, os africanos tiveram que aprender o português do colonizador. Uma parcela deles já dominava alguma forma de português (um dialeto crioulo português) adquirido na rota africana do tráfico.⁴¹

Isto parece pressupor que, nos tempos coloniais, a linguagem falada pela maioria da população era um tipo de *pidgin* do português,⁴² que nunca chegou a ser uma língua dita crioula. No entanto, teve profundo impacto sobre variedades populares do português brasileiro. Tudo isso faz mais sentido se se levar em conta que o Brasil foi um país rural e sem escolarização até meados do século XIX. Em 1920, apenas 20% da população viviam em cidades. O português era, com certeza, mais falado em áreas urbanas. Escravos e gente pobre tinham que aprender a língua em contatos informais. Os escravos não podiam frequentar escolas antes da metade do século XIX. Em 1872, 99,9% dos escravos eram analfabetos. Entre os demais, o analfabetismo chegava a 80%.⁴³ O português só entrou no currículo das escolas no final do Império, isto é, nas últimas décadas do século XIX. A primeira instituição de ensino superior só foi criada em 1827! Hoje, 30% da população são analfabetos funcionais. A maioria destes vive em áreas “rurbanas”, isto é, em áreas onde moram pessoas que, criadas na zona rural, acabaram por mudar-se para a cidade.

Também se pode falar de uma descrioulização ou re-luzitanização do português brasileiro, um processo que, a rigor, ainda está em andamento. O Rio de Janeiro foi, com certeza, re-luzitanizado quando a família real, acompanhada de umas 15 mil pessoas, aportou por lá em

⁴¹ Mattos e Silva (2004), p. 84.

⁴² Esta tese de uma criouliização prévia, com subsequente descrioulização, foi proposta por Adolfo Coelho, no século XIX. Na década de 1980 foi retomada por Gregory Guy. Lucchesi (2002), p. 75. *Pidgin* é uma língua com estrutura, léxico e amplitude estilística marcadamente reduzidos e que não é língua materna de nenhuma comunidade. Os *pidgins* se crioulizam quando se tornam a língua materna de uma geração nascida no ambiente *pidginizado*. Também se poderia dizer que uma língua crioula é um *pidgin* que se tornou língua veicular, tendo um léxico muito mais ampliado, uma sintaxe mais elaborada. No entanto, como explica Calvet, “o crioulo é uma língua como as outras, cuja única característica específica está em seu modo particular de emergência”. Calvet (2002), p. 55.

⁴³ Boris Fausto, citado em Mattos e Silva (2004), p. 72.

1808. Trouxeram consigo a imprensa e, naquela ocasião, começou-se a imprimir jornais e livros no Brasil. Não deveria causar surpresa que o primeiro livro publicado no Brasil foi uma tradução, e tradução de um escrito do poeta inglês Alexander Pope.⁴⁴

Portanto, qual a configuração do português brasileiro hoje? Trata-se, com certeza, de uma só língua, de tal sorte que se pode falar em monolinguismo. Mas esse português está longe de ser homogêneo. Existem variações horizontais ou geográficas, ou seja, diferentes maneiras de falar (e até de escrever) em diferentes partes do país: Norte, Nordeste, Sul, e assim por diante. No entanto, muito mais evidentes e importantes são as variações verticais ligadas a diferenças sócio-econômicas e culturais. Estas não têm localização geográfica; encontram-se em todo o território nacional.

Segundo linguistas, existe diglossia, isto é, a presença de uma forma literária e uma forma vernácula, na maioria das línguas. No português brasileiro não é diferente. Existe o que muitos chamam de “norma culta” e uma gama de variantes populares. Tanto assim que, quando se ouve a queixa de que, na escola, o português é ensinado como se fosse língua estrangeira, tal queixa é, em grande parte, improcedente. Acontece que o português literário culto é, de fato, língua estrangeira para a grande maioria das crianças que chegam à escola.

O que é singular em países como o Brasil – que, neste particular, difere dos Estados Unidos da América, por exemplo – é que as variantes populares são faladas pela maioria da população. Isto se explica pelo passado sócio-histórico brasileiro. Pesquisadores mostram que, mesmo quando ensinam a “norma culta”, professores se comunicam usando uma variante popular. Os gramáticos, é claro, ridicularizam e não se importam com as variantes populares, que são vistas como erradas, tachadas de “pretoguês”, e assim por diante. Acreditam que existe uma “língua portuguesa ideal”.⁴⁵ Lamentam que a maioria da população não “sabe” português! No entanto, todas as manifestações linguísticas interessam à sociolinguística.

Num certo sentido, o português brasileiro é um leque de variações, indo desde as formas faladas em áreas rurais por pessoas que nunca puseram os pés na escola até às formas usadas por pessoas de áreas urbanas que tiveram acesso à universidade. Mais para a esquerda nesse gráfico ficariam, ainda, algumas comunidades afro-brasileiras em que

⁴⁴ Houaiss (1983), p. 40.

⁴⁵ Foi somente a partir de 1930 que gramáticos brasileiros começaram a citar exemplos de escritores brasileiros. Em geral, eram exemplos que confirmavam a regra do português europeu.

a língua está em processo de des-crioulização; mais para a direita, uma variedade altamente formal, usada por indivíduos altamente educados, que incluem os gramáticos e os consultores gramaticais que assinam colunas em jornal.

Qual o futuro da língua portuguesa brasileira? Talvez se atinja, no futuro, uma espécie de meio-termo. Por um lado, o processo de des-crioulização vai continuar, no sentido de que as variantes populares vão atingir um maior grau de gramaticalidade literária. Ou seja, talvez mais e mais pessoas venham a aprender que “eu vi ele ontem” não condiz com a dita norma culta. A crescente urbanização pode fazer a diferença. Também não se pode subestimar, nesse processo, o papel dos meios de comunicação social.⁴⁶ Por outro lado, tudo indica que os gramáticos vão perder essa batalha com os linguistas. Os altos padrões de gramaticalidade não serão atingidos pela maioria da população. E, com certeza, o português brasileiro nunca será exatamente igual ao português de Portugal.

IV.

Desafios para a Sociedade Bíblica (e outras agências de tradução) hoje

Finalmente chegamos ao ponto em que podemos tentar responder algumas das perguntas que deram origem a esta pesquisa: Quais as perspectivas para futuras traduções da Bíblia em língua portuguesa no Brasil? Chegamos ao fim da linha ou existem possibilidades a serem exploradas? Temos, ou teremos algum dia, uma tradução em português bem brasileiro? Seria possível traduzir algumas porções ou até livros em linguagem com sabor regional?

É claro que um tradutor nunca vai afirmar que tudo que se poderia fazer já foi feito! E, ao olharmos para o futuro, temos que começar a verificar o que já fizemos até o presente. Por isso, quero listar alguns pontos:

1. Uma nova revisão da Bíblia de Almeida se impõe. É claro, muitas igrejas e cristãos brasileiros ainda não abriram o coração para a Revista e Atualizada, que foi feita, no Brasil, em meados do século XX. Muitos deixam de fazer essa transição por inércia ou tradição. No en-

⁴⁶ Como disse Antonio Houaiss, “... ingressamos na ‘civilização escrita’ já quando apon-tavam na linha do horizonte novos meios de comunicação pública: ... cinema, ... rádio ... tele-visão”. Houaiss (1983), p. 41.

tanto, à luz da sócio-história brasileira, defender a noção de que a linguagem arcaica de Almeida é adequada soa como um insulto à grande maioria da população. Essa defesa só poderia ser feita por lideranças que se colocam como intermediários indispensáveis da mensagem bíblica, com uma atitude do tipo: “leiam a Bíblia, sim, mas entendam-na do jeito que eu a explico para vocês!” Neste caso, o papel das lideranças esclarecidas não poderá ser, simplesmente, o de um pastor que acompanha ou vai atrás do rebanho; terá que ser o papel do líder que toma o facho de luz e indica caminho a seguir.

2. Em se tratando da Almeida Revista e Atualizada, seria possível perguntar até que ponto ela é, de fato, uma revisão brasileira. Será que ela exemplifica o padrão literário culto brasileiro normal, ou teria sido feita ao sabor de uma elite intelectual que colocava a norma abstrata acima do uso linguístico local? Por exemplo, segundo o gramático brasileiro Mário Perini, os pronomes aglutinados do tipo “lho” e “ma” são coisa de um passado remoto, na linguagem escrita do Brasil.⁴⁷ No entanto, em Almeida Revista e Atualizada, “mo” aparece 19 vezes; “mos”, três vezes; “ma”, cinco vezes. É claro que formas como essas nunca vão ocorrer na NTLH.

3. Se a linguagem de Almeida é, em muitos sentidos, uma abstração, isto é, uma linguagem que ninguém mais escreve (muito menos fala) no Brasil de hoje, que dizer da linguagem da tradução em língua comum (NTLH)? Há quem critique esta tradução por homogeneizar a variedade estilística do original, de tal sorte que Marcos e Lucas, Apocalipse e Hebreus aparecem diante do leitor como se estivessem num mesmo nível literário, quando, na verdade, são diferentes. Também se poderia fazer a crítica de que a tal “língua comum” é uma abstração, um meio-termo, um tamanho único que serve a todos, mas que não é, a rigor, o tamanho exato de ninguém. Quem faz a crítica precisa saber, porém, que o princípio de “língua comum” traz esse problema embutido. Não poderia ser diferente.

4. Temos muito a aprender da sociolinguística. Ela representa a cura para o mal do abstracionismo, que, na verdade, é (ou foi) o grande problema do estruturalismo clássico. É preciso fazer o registro de que a NTLH representa um grande avanço nessa direção. Especialmente nos diálogos, as pessoas da Bíblia, sobretudo as pessoas simples, falam como pessoas de verdade e do nosso tempo, e não como personagens de uma peça escrita há quinhentos anos. Entretanto, é possível melhorar ainda mais. Podemos tornar ainda mais coloquiais alguns diá-

⁴⁷ Perini (2004), p. 20.

logos. Tomemos o exemplo de Gênesis 24.23-26. A antiga Almeida (Revisita e Corrigida) diz assim: “E disse: De quem és filha? Faze-mo saber, peço-te; há também em casa de teu pai lugar para nós pousarmos? E ela disse: Eu sou filha de Betuel, filho de Milca, o qual ela deu a Naor. Disse-lhe mais: Também temos palha, e muito pasto, e lugar para passar a noite. Então, inclinou-se aquele varão, e adorou ao SENHOR”. Na atualização feita no Brasil em meados do século XX (Almeida Revista e Atualizada), o texto ficou assim: “e lhe perguntou: De quem és filha? Peço-te que me digas.⁴⁸ Haverá em casa de teu pai lugar em que eu fique, e a comitiva? Ela respondeu: Sou filha de Betuel, filho de Milca, o qual ela deu à luz a Naor. E acrescentou: Temos palha, e muito pasto, e lugar para passar a noite. Então, se inclinou o homem⁴⁹ e adorou ao SENHOR”. A NTLH traduziu o texto por “Em seguida perguntou: — Por favor, diga quem é o seu pai. Será que na casa dele há lugar para os meus homens e eu passarmos a noite? Ela respondeu: — Eu sou filha de Betuel, filho de Milca e de Naor. Na nossa casa há lugar para dormir e também bastante palha e capim para os camelos. Então o homem se ajoelhou e adorou a Deus, o SENHOR”. À luz de algumas das considerações feitas neste estudo, e de outras que aparecem nas notas de pé de página, Gênesis 24.23-26 poderia ser reescrito assim, para aproximar o texto do português brasileiro coloquial: “Em seguida (o empregado de Abraão) perguntou: — Por favor, diz⁵⁰ para mim quem é o seu pai. Será que na casa dele tem⁵¹ lugar⁵² para mim e meus homens passar a noite?⁵³ Ela respondeu: — Eu⁵⁴ sou filha de Betuel, filho de Milca e de Naor. Na nossa casa tem lugar para dormir e (tem) também bastante palha e capim para os camelos. Então o homem se ajoelhou e adorou a Deus, o SENHOR”.

5. Se Deus é o grande linguista, que fala a tua língua e fala a minha também, será que ele também poderia falar aquilo que outros consi-

⁴⁸ Aqui, desapareceu o “faze-mo saber”, que é altamente literário.

⁴⁹ Aqui, não se usa mais “o varão”. Como “varão” pode ser o aumentativo de “vara”, soa estranho um varão que se inclina!

⁵⁰ No português falado no Brasil existe essa tendência de usar o indicativo onde seria de esperar um imperativo.

⁵¹ É muito comum o emprego do verbo “ter” no sentido de “haver”. Convém frisar que a NTLH faz uso do verbo “haver”.

⁵² A tradução em Português Corrente acrescenta “que chegue”. Isto seria bem coloquial na região Sul do Brasil.

⁵³ A rigor, teria que ser “para eu e os meus homens passarmos a noite”. No entanto, ninguém fala assim, no Brasil de hoje.

⁵⁴ É bem comum no português brasileiro de hoje explicitar o sujeito, por mais que já esteja indicado na desinência verbal. No entanto, a NTLH não traz esse “eu”.

deram “português errado”? Poderia o diálogo entre Jesus e Simão Pedro ter a seguinte configuração, adaptada ao português falado no Sul do Brasil?⁵⁵

— Simão, filho de João, tu me ama mais do que estes outros me amam?

— Pedro respondeu: Sim, o senhor sabe que eu o amo, Senhor!

...

E perguntou pela segunda vez:

— Simão, filho de João, tu me ama?

6. E que dizer de uma adaptação das Escrituras para o “dialeto gauchesco”, falado nas imediações da fronteira com o Uruguai e a Argentina, tendo, portanto, influência do espanhol?⁵⁶ Existem precedentes para tal adaptação. Uma dessas adaptações⁵⁷ foi feita por Clarence Jordan, na *Cotton Patch Version*, que fala a linguagem do Sul dos Estados Unidos. Outra é a *Aussie Bible*, feita na Austrália. Em linguagem gauchesca do Sul do Brasil, a parábola da ovelha perdida (Lucas 15) ficaria mais ou menos assim: “Se um de “vancês” tem “miles” de cabeças de gado e uma parte da tropa não aparece na internada⁵⁸, será que não vai sair para campear essa tropa que se perdeu?! De vereda⁵⁹ ele deixa na internada o resto da tropa e vai campear aquele gado, até que encontre. Quando encontra, fica mais faceiro que guri⁶⁰ de bombacha⁶¹ nova e traz ela⁶² de volta bem pealada⁶³ no mais. Chegando na estância, manda um chasque⁶⁴ para a peonada⁶⁵ e para os vizinhos, dizendo: “Vamo’ churrasquear⁶⁶ comigo porque consegui repontar⁶⁷ a tropilha perdida”. — Pois eu l’es digo que assim também vai ter mais alegria na estância do Patrão-Velho lá de cima por um índio maleva⁶⁸ que se

⁵⁵ Ver a nota 11, acima.

⁵⁶ O autor do texto aborda este tema por ser natural dessa região do Brasil.

⁵⁷ Para não ferir sensibilidades, é preferível, neste momento, falar em “adaptação”, e não em “tradução”.

⁵⁸ Extensão de campo cercado.

⁵⁹ Locução que significa “imediatamente”.

⁶⁰ Regionalismo para “criança”.

⁶¹ Entre os gaúchos do Sul do Brasil, umas calças muito largas, cingidas nos tornozelos por botões. “Mais faceiro que guri de bombacha nova” designa uma alegria intensa, como a da criança que recebe um brinquedo.

⁶² Ninguém usaria, naquele contexto, a formulação “a traz”.

⁶³ Presa, amarrada.

⁶⁴ Aviso ou convite.

⁶⁵ Empregados ou servos.

⁶⁶ Fazer uma refeição.

⁶⁷ Trazer de volta.

⁶⁸ Malévolo, mau.

arrepende dos seus pecados do que por noventa e nove macanudos⁶⁹ que não precisam se arrepender.

V. Conclusão

Fica evidenciado que o desafio da tradução da Bíblia ao português persiste, pelo menos no Brasil, tanto em termos de revisões periódicas de traduções consagradas quanto em tentativas de colocar o texto bíblico numa linguagem mais atual. Bem maior é o desafio de adaptar o texto às várias linguagens faladas em diferentes partes do país. Possível é. Resta saber se a Sociedade Bíblica está disposta a aceitar o desafio.

Bibliografia

- BAGNO, Marcos (2005) *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, Parábola Editorial, São Paulo.
- BAGNO, Marcos (2001a) *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, Edições Loyola, São Paulo.
- BAGNO, Marcos (2001b) "Cassandra, Fênix e Outros Mitos" in *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, Parábola Editorial, São Paulo.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005) *Nós "cheguemu" na escola, e agora?: sociolinguística & educação*, Parábola Editorial, São Paulo.
- BRITTO, Luiz Percival Leme (2002) "Língua e ideologia: a reprodução do preconceito" in *Linguística da norma*, Marcos Bagno (ed) Edições Loyola, São Paulo, p 135-154.
- CALVET, Louis-Jean (2002) *Sociolinguística: uma introdução crítica* (traduzido por Marcos Marciolino), Parábola Editorial, São Paulo.
- CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia (2002) "Variação linguística e ensino: uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua" in *Linguística da norma*, Marcos Bagno (ed) Edições Loyola, São Paulo, p 267-289.
- FARACO, Carlos Alberto (2002) "Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós" in *Linguística da norma*, Marcos Bagno (ed) Edições Loyola, São Paulo, p 37-61.
- HOUAISS, Antônio (1983) *A crise de nossa língua de cultura*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

- LUCCHESI, Dante (2002) “Norma linguística e realidade social” in *Linguística da norma*, Marcos Bagno (ed) Edições Loyola, São Paulo, pp. 63-92.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004) *Ensaaios para uma sócio-história do português brasileiro*, Parábola Editorial, São Paulo.
- PERINI, Mário A. (2004) *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*, Parábola Editorial, São Paulo.
- SOARES, Magda (2002) “Português na escola: história de uma disciplina curricular” in *Linguística da norma*, Marcos Bagno (ed) Edições Loyola, São Paulo, p 155-178.

